



FUNDAÇÃO
DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO
UNICENTRO

**CONCURSO PÚBLICO DA CÂMARA DO MUNICÍPIO
DE CLEVELÂNDIA-PR - EDITAL 01/2017**

**DATA DA PROVA: 17/12/2017
PERÍODO DA PROVA: MANHÃ**

CARGO: PROCURADOR JURÍDICO

LEIA AS INSTRUÇÕES ABAIXO ANTES DE COMEÇAR A PROVA:

- Verifique se este caderno de questões corresponde ao cargo que você concorre e se ele contém 30 (trinta) questões de múltipla escolha, com 5 alternativas (a,b,c,d,e) de resposta para cada uma, correspondentes à prova objetiva. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito ou apresente alguma divergência ao cargo que você concorre, solicite ao fiscal de sala que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido;
- No momento da identificação, verifique o cartão resposta, se as informações relativas a você estão corretas. Caso haja algum dado a ser retificado, peça ao fiscal de sala para corrigir em Ata;
- Você dispõe de 3 (três) horas para fazer a prova objetiva;
- Na duração da prova, está incluído o tempo destinado à entrega do material de prova e ao preenchimento do cartão resposta;
- Você deve deixar sobre a carteira apenas o documento de identidade e a caneta esferográfica de tinta azul ou preta;
- Não é permitido durante a realização da prova: a) equipamentos eletrônicos como máquinas calculadoras, MP3, MP4, telefone celular, tablets, notebook, gravador, máquina fotográfica, controle de alarme de carro e/ou qualquer aparelho similar; b) livros, anotações, régua de cálculo, dicionários, códigos e/ou legislação, impressos que não estejam expressamente permitidos ou qualquer outro material de consulta; c) relógio de qualquer espécie, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc.
- É proibido fazer anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição e(ou)em qualquer outro meio, que não os permitidos;
- Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização;
- Somente após decorrida 1 (uma) hora do início da prova, você poderá se retirar da sala de aplicação de prova;
- Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala, devolva-lhe o caderno de prova e o cartão resposta devidamente assinado e deixe o local de prova;
- **O candidato NÃO poderá levar consigo o Caderno de Questões em momento algum.**
- A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno de prova e no cartão resposta poderá implicar na anulação da sua prova;
- Tenha calma para não prejudicar seu desempenho e boa prova.

NÚMERO DA INSCRIÇÃO:

NOME COMPLETO:

Destaque aqui

ANOTE AQUI SUAS RESPOSTAS E DESTAQUE NA LINHA PONTILHADA																														
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	

POR QUE A FEBRE AMARELA VIROU UMA AMEAÇA PARA A REGIÃO MAIS POPULOSA DO PAÍS?

Marcela Buscato

Há 17 anos, Giorgi, ex-empresário, trocou a vida na capital pela tranquilidade do condomínio, a apenas 30 minutos da metrópole. Entre todos os terrenos, criados a partir do loteamento de uma fazenda de seu pai, a família escolheu para construir a casa na área em frente à vegetação típica da região, que mescla remanescentes de Mata Atlântica a manchas de Cerrado. A casa envidraçada, projetada pela mulher de Giorgi, a arquiteta Beatriz, de 64 anos, debruça-se sobre a vegetação. A área da piscina se abre até os limites da mata. Sentados no terraço, Giorgi, de 71 anos, Beatriz e o casal de filhos, Vitoria, de 23 anos, e Lucas, de 21, acostumaram-se a chamar pelos saguis. Habitaram-se a observar o deslocamento lento até de uma família inteira de bugios, um macaco maior e mais arredio.

O acordar todas as manhãs era acompanhado pelo ronco gutural da espécie ao longe. Desde outubro, o barulho dos bugios rareou a cada amanhecer, até cessar. Também desapareceram os sauás, outra espécie de macaco de médio porte. “É o segundo dia que não vejo sauás. Estou preocupado”, diz Giorgi. Os agentes do Centro de Vigilância e Controle de Zoonoses que visitam a casa inclinam a cabeça para observar o topo das árvores, em busca dos macacos. As folhas se mexem. Pássaros apenas. A presença dos agentes na casa da família Giorgi dá pistas sobre o sumiço dos animais. Desde agosto, depois de um macaco morto ser encontrado na divisa da cidade com Louveira, funcionários da prefeitura visitam propriedades da zona rural para orientar os moradores. Explicam sobre uma doença que afetou os macacos de maneira sem precedentes na região e se tornou uma ameaça real também para os humanos: a febre amarela.

Transmitida atualmente pela picada de mosquitos silvestres, que vivem na copa das árvores na floresta e à beira das matas, a doença é causada por um vírus do mesmo tipo dos que causam dengue, zika e chikungunya. Porém, mais letal. A doença mata um terço das pessoas com sintomas: febre súbita, vômitos, dores de cabeça e no corpo. Nesses quadros, há

comprometimento irreversível do fígado e dos rins. Em 2017, o Brasil enfrenta o pior surto de febre amarela desde que o governo começou a registrar os casos, nos anos 1980. As primeiras infecções começaram no ano passado. Nos 12 meses de julho de 2016 a junho de 2017, morreram 262 pessoas. Foram 779 casos, quase o mesmo número total ocorrido nos 36 anos anteriores, 797.

Os casos que se costumavam contar às dezenas, principalmente na região amazônica, deram lugar às centenas na região mais populosa do país, o Sudeste. Concentraram-se nos estados de Minas Gerais (475), Espírito Santo (306) e Rio de Janeiro (29 casos) – esses dois últimos considerados até então regiões de menor risco. No estado de São Paulo, dos 23 casos em humanos confirmados como infecção local, 14 ocorreram na área sem recomendação de vacina, mais ao leste. “Houve uma mudança no perfil da doença: ela está se aproximando das grandes cidades”, diz o médico virologista Maurício Nogueira, presidente da Sociedade Brasileira de Virologia. Isso explica por que famílias como a Giorgi, em Jundiá, instaladas em confortáveis condomínios à beira da maior metrópole da América do Sul, viram-se cara a cara com uma doença que ocupa, no imaginário brasileiro, a categoria de moléstia tropical sepultada pelo tempo – ou, pelo menos, empurrada pela urbanização para as florestas ao Norte.

Adaptação de [http://epoca.globo.com/saude/check-](http://epoca.globo.com/saude/check-up/noticia/2017/11/por-que-febre-amarela-virou-uma-ameaca-para-regiao-mais-populosa-do-pais.html/)

[up/noticia/2017/11/por-que-febre-amarela-virou-uma-ameaca-para-regiao-mais-populosa-do-pais.html/](http://epoca.globo.com/saude/check-up/noticia/2017/11/por-que-febre-amarela-virou-uma-ameaca-para-regiao-mais-populosa-do-pais.html/), acesso em 24 de nov. de 2017.

01) O texto acima tem como foco principal:

- (A) A vida das pessoas ricas longe das cidades.
- (B) O convívio dos macacos com a família de Giorgi, há mais de 17 anos.
- (C) A febre amarela, doença que mata um terço das pessoas com febre súbita, vômitos e dores de cabeça e no corpo.
- (D) O perigo de viver junto aos macacos em regiões afastadas da cidade.
- (E) A fiscalização sanitária realizada no Brasil.

02) Marque a única alternativa INCORRETA com relação às informações do texto “Por que a febre amarela virou uma ameaça para a região mais populosa do país”:

(A) A febre amarela foi completamente erradicada no Brasil, desde 1980 e não havia se manifestado desde então, nem mesmo na região amazônica.

(B) A febre amarela é causada por um vírus do mesmo tipo dos que causam dengue, zika e chikungunya. Porém, mais letal.

(C) Os casos de febre amarela podiam ser contados às dezenas, principalmente na região amazônica, mas cederam lugar às centenas, na região Sudeste, a mais populosa o país.

(D) A febre amarela compromete o fígado e os rins de forma irreversível.

(E) As primeiras infecções começaram no ano passado. Nos 12 meses de julho de 2016 a junho de 2017, morreram 262 pessoas.

03) As expressões sublinhadas, no período abaixo, exercem a função sintática de:

“Desde outubro, o barulho dos bugios rareou a cada amanhecer, até cessar”.

- (A) Sujeito, adjunto adverbial de lugar.
- (B) Adjunto adverbial de tempo, sujeito
- (C) Adjunto adnominal, adjunto adverbial de lugar.
- (D) Vocativo, adjunto adverbial de lugar.
- (E) Sujeito, Aposto.

04) Marque a alternativa em que todos os encontros sublinhados classificam-se como ENCONTROS CONSONANTAIS.

- (A) Barulho, outuburo, amanhecer.
- (B) Terço, pessoas, sintomas.
- (C) Infecções, Nogueuira, metrópole.
- (D) Brasileira, barço, febre.
- (E) Tropical, florestas, nesses.

05) A verbo sublinhado, no período abaixo, classifica-se quanto à regência como:

“A área da piscina se abre até os limites da mata”.

- (A) Verbo transitivo direto e indireto.
- (B) Verbo transitivo indireto.
- (C) Verbo de ligação.
- (D) Verbo transitivo direto.
- (E) Verbo intransitivo.

06) Três amigos fizeram uma aposta em uma loteria, no total jogaram R\$ 50,00 sendo R\$ 20,00, R\$ 25,00 e R\$ 5,00 o valor que cada um deles contribuiu para a aposta. Ganharam um prêmio de R\$ 265.340,50. Decidiram dividir o

prêmio proporcionalmente ao valor apostado. Qual a parte do jogador que investiu R\$ 5,00?

- (A) R\$ 26.534,05.
- (B) R\$ 13.267,025.
- (C) R\$ 30.625,50.
- (D) R\$ 39.801,075.
- (E) R\$ 17.526,50.

07) A expressão 1 sobre 10, equivale em porcentagem a:

- (A) 0,01%.
- (B) 0,1%.
- (C) 1%.
- (D) 10%.
- (E) 100%.

08) Um funcionário executa 12 tarefas de um certo tipo em 8 horas. Quantas tarefas do mesmo tipo executará em 12 horas?

- (A) 14.
- (B) 16.
- (C) 18.
- (D) 20.
- (E) 24.

09) Observe a sequência de nomes a seguir ARLETE; ERICA, ILMA, OLIVIA,... Qual dos nomes a seguir completa esta sequência?

- (A) Humberto.
- (B) Elvira.
- (C) Katiane.
- (D) Úrsula.
- (E) Amanda.

10) Se $x+y+z=100$, e sabendo que x é igual a y , e ainda que z é a metade de y . O valor de $y+z$ é?

- (A) 20.
- (B) 30.
- (C) 40.
- (D) 50.
- (E) 60.

11) Data de instalação do município de Clevelândia/PR:

- (A) 28 de junho de 1982.
- (B) 26 de agosto de 1892.
- (C) 28 de julho de 1892.
- (D) 28 de junho de 1892.
- (E) 26 de junho de 1928.

12) Considerando as alternativas na relação de associações de municípios do Paraná, identifique a qual delas o município de Clevelândia/PR está associado:

- (A) AMCESPAR.
- (B) AMLIPA.
- (C) AMSULPAR.
- (D) AMOP.
- (E) AMSOP.

13) Deputado Federal licenciado, ocupa atualmente o cargo de Chefe da Casa Civil do Governo do Paraná:

- (A) Fernando Francischini.
- (B) Valdir Rossoni.
- (C) Ademar Traiano.
- (D) Reinold Stephanes.
- (E) Osmar Serraglio.

14) Pertencente a estrutura do Ministério da Fazenda, órgão central do Sistema de Administração Financeira Federal e do Sistema de Contabilidade Federal:

- (A) ANEEL.
- (B) Banco Central.
- (C) STN.
- (D) Banco do Brasil.
- (E) Nenhuma das alternativas anteriores.

15) Considerando os conceitos estabelecidos pela doutrina e a teoria constitucionalista majoritariamente aceita pelos juristas brasileiros, uma constituição é:

- (A) Classificada como uma constituição rígida quando o poder constituinte originário é o único previsto.
- (B) Classificada como uma constituição rígida quando não se permite a promoção de alterações.
- (C) Classificada como uma constituição rígida quando, para promoção de alterações, exige-se um processo legislativo idêntico ao previsto para a edição de leis ordinárias.
- (D) Classificada como uma constituição rígida quando, para promoção de alterações, exige-se um processo legislativo menos restritivo do que o previsto para a edição de leis ordinárias.
- (E) Classificada como uma constituição rígida quando, para promoção de alterações, exige-se um processo legislativo mais restritivo do que o previsto para a edição de leis ordinárias.

16) Assinale a alternativa que está incorreta:

- (A) São normais constitucionais de eficácia plena são aquelas que não necessitam de complementação legislativa para sua aplicabilidade, pois produzem os seus efeitos jurídicos essenciais e não trazem previsão de regulamentação por parte do legislador infraconstitucional.
- (B) Normas constitucionais de eficácia contida solicitam a intervenção do legislador ordinário, fazendo expressa remissão a uma legislação complementar e/ou futura.
- (C) Normas de eficácia absoluta, para parcela da doutrina, são as chamadas cláusulas pétreas, que são imodificáveis.
- (D) Eficácia plena e eficácia contida são classificações sinônimas na doutrina constitucional brasileira.
- (E) A eficácia jurídica da norma designa a qualidade de produzir, em maior ou menor grau, efeitos jurídicos ao regular, desde logo, as situações, relações e comportamentos nela indicados.

17) Conforme as Disposições Constitucionais Transitórias à Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, é certo afirmar que:

- (A) Estabeleceu que em 1993 os senadores definiriam, em votação aberta no Senado Federal, a forma (república ou monarquia constitucional) e o sistema de governo (parlamentarismo ou presidencialismo) que vigorariam no País.
- (B) O mandato do Presidente da República, dos Governadores e dos Vice-Governadores, excrescidos à época da promulgação da Constituição de 1988, se encerrou na data exata em que a nova carta magna fora promulgada.
- (C) Cada Assembleia Legislativa ficou obrigada a elaborar a Constituição do respectivo Estado, no prazo de um ano, contado da promulgação da Constituição Federal de 1988.
- (D) Foi criado o Estado de Goiás.
- (E) Os Estados Federados de Roraima e do Amapá foram transformados em Territórios Federais.

18) É característico do poder constituinte originário:

- (A) Ser inicial, autônomo, incondicionado, permanente e inalienável.
- (B) Ser inicial, autônomo, incondicionado, permanente e alienável.

- (C) Ser inicial, autônomo e condicionado.
- (D) Ser inicial, subordinado, condicionado, permanente e alienável.
- (E) Ser derivado, subordinado e condicionado.

19) Tomando as previsões legais e constitucionais sobre a arguição de descumprimento de preceito fundamental, assinale a alternativa que esta erradamente redigida:

- (A) Será proposta perante o Supremo Tribunal Federal.
- (B) Podem propor arguição de descumprimento de preceito fundamental os legitimados para a ação direta de inconstitucionalidade.
- (C) Não será admitida arguição de descumprimento de preceito fundamental quando houver qualquer outro meio eficaz de sanar a lesividade.
- (D) A decisão da arguição de descumprimento de preceito fundamental terá eficácia contra todos e efeito vinculante relativamente aos demais órgãos do Poder Público.
- (E) A decisão que julgar procedente ou improcedente o pedido em arguição de descumprimento de preceito fundamental é recorrível, podendo ser, inclusive, objeto de ação rescisória.

20) Assinale a alternativa na qual constam corretamente indicados os legitimados a propositura da ação direta de constitucionalidade:

- (A) O Presidente da República, a Mesa do Senado Federal, a Mesa da Câmara dos Deputados, a Mesa de Assembleia Legislativa ou a Mesa da Câmara Legislativa do Distrito Federal, o Governador de Estado ou o Governador do Distrito Federal, o Procurador-Geral da República, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, partido político com representação no Congresso Nacional e confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.
- (B) O Presidente da República, a Mesa da Câmara dos Deputados, a Mesa do Senado Federal e o Procurador-Geral da República.
- (C) O Presidente da República, a Mesa da Câmara dos Deputados, a Mesa do Senado Federal, o Procurador-Geral da República e o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

- (D) Exclusivamente o Presidente da República.
- (E) Todas as alternativas acima estão erradas.

21) O artigo 5º, inciso II, da Constituição da República de 1988 preceitua expressamente, no inciso II, que “ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa em virtude de lei”. Observando a teoria a respeito do princípio da legalidade, assinale a alternativa incorreta:

- (A) Legalidade, para a administração pública, deve ser entendida como conformidade à lei e, sucessivamente, às subseqüentes normas que, com base nela, a Administração expeça para regular mais estritamente sua própria discricção, adquirindo então um sentido mais extenso.
- (B) No direito penal o principio da legalidade impõe que não há crime ou contravenção penal sem prévia definição legal e, igualmente, inexistente pena sem prévia cominação legal.
- (C) Para o direito tributário a legalidade implica em dizer que, no ordenamento jurídico brasileiro, os tributos só podem ser instituídos e arrecadados com base em lei.
- (D) O princípio da legalidade não se aplica ao direito ambiental, uma vez que as regras para gerenciamento de reservas legais, por exemplo, são discricionariamente produzidas pelos órgãos reesponsáveis de cada ente federado através de portarias, sem a necessidade de previsão legal, baseado na prevalência do interesse público.
- (E) Há previsão expressa no código processual civil da aplicabilidade do principio da legalidade as relações processuais.

22) Sobre a competência dos municípios para instituir impostos, é correto dizer que:

- (A) O imposto sobre propriedade predial e territorial urbana é de competência dos municípios e constitucional é a fixação de alíquota progressiva em razão do valor venal, do percentual de ocupação ou da localização do imóvel.
- (B) Aos municípios compete a instituição do imposto sobre a propriedade territorial rural e predial e territorial urbana.
- (C) O Imposto de transmissão de bens por ato inter vivos e o imposto sobre transmissão por causa mortis são de competência dos municípios.
- (D) O Imposto sobre a propriedade de veículos automotores é de competência do

município, entretanto, a titularidade para cobrança do tributo restou aos estados.

(E) A alíquota do Imposto sobre serviços de qualquer natureza é igual em todos os municípios pois fixada por lei federal.

23) Assinale a alternativa correta:

(A) Quanto à geração ou à dimensão dos direitos fundamentais, os direitos sociais são considerados de segunda geração ou dimensão.

(B) Quanto à geração ou à dimensão dos direitos fundamentais, os direitos sociais são considerados de terceira geração ou dimensão.

(C) Quanto à geração ou à dimensão dos direitos fundamentais, os direitos sociais são considerados de primeira geração ou dimensão.

(D) Quanto à geração ou à dimensão dos direitos fundamentais, os direitos sociais são considerados de quarta geração ou dimensão.

(E) Quanto à geração ou à dimensão dos direitos fundamentais, os direitos sociais são considerados de quinta geração ou dimensão.

24) A anulação do ato administrativo é:

(A) a declaração de inexistência do ato jurídico.

(B) a revogação do ato administrativo por motivação orçamentaria.

(C) a ineficácia do ato jurídico.

(D) a invalidação do ato jurídico com efeito nunca retroativo.

(E) o desfazimento do ato administrativo por razões de ilegalidade.

25) Em relação as formas de transferência da propriedade dos bens públicos, está correta qual das assertivas abaixo:

(A) Somente os bens imóveis da Administração Pública, cuja aquisição haja derivado de procedimentos judiciais ou de dação em pagamento, poderão ser alienados por meio de leilão.

(B) Somente os bens móveis da Administração Pública, cuja aquisição haja derivado de procedimentos judiciais ou de dação em pagamento, poderão ser alienados por meio de leilão.

(C) Bens móveis e imóveis da Administração Pública, cuja aquisição haja derivado de procedimentos judiciais ou de dação em pagamento, podem ser alienados por meio de leilão.

(D) Nenhum bem da Administração Pública pode ser alienados por meio de leilão.

(E) A Administração Pública não recebe bens em procedimentos judiciais ou em doação.

26) Para investidura em cargo público é exigida comprovação de determinados requisitos, exigidos por lei. Não é um desses requisitos a/o:

(A) A nacionalidade brasileira.

(B) O gozo dos direitos políticos.

(C) A quitação com as obrigações militares e eleitorais.

(D) O nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo.

(E) A aptidão apenas mental.

27) Agentes políticos são os componentes do Governo nos seus primeiros escalões, investidos em cargos, funções, mandatos ou comissões, por nomeação, eleição, designação ou delegação para o exercício de atribuições constitucionais e remunerados por subsídios. Sobre estes, é correto afirmar que:

(A) O subsídio dos Deputados Estaduais será fixado por lei de iniciativa da Assembleia Legislativa, na razão de, no máximo, o mesmo valor estabelecido, em espécie, para os Deputados Federais.

(B) Os subsídios do Governador, do Vice-Governador e dos Secretários de Estado serão fixados por lei de iniciativa da Assembleia Legislativa, não podendo ultrapassar o valor estabelecido para os Deputados Estaduais.

(C) Em Municípios de dez mil e um a cinquenta mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a trinta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais.

(D) O total da despesa com a remuneração dos Vereadores não poderá ultrapassar o montante de vinte por cento da receita do Município.

(E) A Câmara Municipal não gastará mais de setenta por cento de sua receita com folha de pagamento, excluídos desse percentual o gasto com o subsídio de seus Vereadores.

28) Em relação ao processo administrativo, considerada a Lei nº 9.784/1999, indique qual das assertivas abaixo esta corretamente escrita:

(A) O processo administrativo pode iniciar-se exclusivamente a pedido de interessado.

(B) São legitimados como interessados no processo administrativo apenas as pessoas

físicas o iniciem como titulares de direitos.

(C) Os atos administrativos deverão ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, quando, por exemplo, neguem, limitem ou afetem direitos ou interesses.

(D) Havendo vários interessados, a desistência ou renúncia atinge todos os interessados.

(E) Os prazos expressos em dias não contam-se de modo contínuo, mas computam-se apenas dias úteis.

29) Sobre os institutos da prescrição, suspensão e da decadência, é correto afirmar que:

(A) O prazo de prescrição não é interrompido pelo início da ação judicial, mas apenas com a citação válida do devedor.

(B) A prescrição extingue o crédito tributário, mas não a decadência.

(C) A moratória não suspendem a exigibilidade do crédito tributário.

(D) A prescrição se interrompe pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal, mas não há que se falar em interrupção da prescrição por protesto judicial.

(E) A interrupção da prescrição, em favor ou contra um dos obrigados, favorece ou prejudica aos demais.

30) Considerando a Lei Orgânica do Município de Clevelândia, assinale a assertiva que esteja escrita de forma não condizente com as estipulações naquela legislação municipal previstas:

(A) Não perderá o mandato o Vereador Investido no cargo de Secretário Municipal, Secretário ou Ministro de Estado, ou qualquer outro cargo público.

(B) A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara Municipal, de projeto de Lei subscrito por no mínimo cinco por cento do eleitorado do Município.

(C) Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte é vedado ao Município cobrar tributos antes de decorrido 01 (um) ano da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.

(D) É 31 de Maio de cada ano o prazo final para a apresentação da Lei das Diretrizes Orçamentárias, aplicáveis no exercício posterior.

(E) É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, a de dois cargos de

professor, a de um cargo de professor com outro de técnico ou científico e a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.